

## Internação de adolescentes cresce 28% no Brasil, contrariando o que esperava o ECA

O Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, apresentado recentemente pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), mostra que o número de internações de adolescentes em unidades de privação de liberdade cresceu 28% entre 2002 e 2006, passando de 9.555 para 15.426 internos. Como resultado, mantém-se o quadro de superlotação dos 366 estabelecimentos existentes. No País todo há um déficit de 3.396 vagas. Os estados com maiores problemas são Pernambuco, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. No território mineiro e no Paraná, inclusive, há 685 jovens em cadeias públicas comuns.

Os dados, levantados na primeira quinzena de agosto do ano passado, invertem a lógica do Estatuto da Criança e do Adolescente, que completa 18 anos este mês. O ECA prevê prioridade para as medidas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços) e dispõe que a internação deve ser a última alternativa para lidar com o adolescente em conflito com a lei. Se essa regra fosse cumprida, ao invés de crescer, a quantidade de internações deveria ser reduzida gradualmente.

Especialistas apontam diversas razões para este aumento, desde a suposta periculosidade dos jovens que cometem infrações – que levaria os juízes a preferirem a internação – até a má qualidade das ações desenvolvidas em meio aberto. O fato é que o Brasil hoje gasta muito mais em privação de liberdade, e os governantes deverão reverter esse quadro para cumprir o Sistema Nacional de

Atendimento Socioeducativo (Sinase), o novo plano de diretrizes para a política nacional de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei e que prevê a primazia das medidas em meio aberto.

Estudos desmentem o argumento de que os jovens estão mais perigosos, o que poderia elevar o número de internações. Em São Paulo, estado com o maior número de adolescentes privados de liberdade (6.059, ou 39,2%), dados da Secretaria de Segurança Pública revelam que a participação de menores de 18 anos em crimes graves no ano de 2003 não alcançou 1% das ocorrências. De 9.150 casos de homicídios dolosos naquela época, 89 envolveram adolescentes (0,97%).

Quem trabalha diretamente na área dos jovens em conflito com a lei explica que, em delitos nos quais a vítima é ameaçada, mas não sofre nenhum tipo de violência, o juiz deve

analisar o caso e, se possível, dar preferência às medidas de meio aberto. “Esse tipo de regime tem maior potencial ressocializador para o adolescente que não tem antecedentes. Interná-lo pode criar um estigma, um perfil criminal que irá estimular sua progressão na criminalidade”, diz Karyna Sposato, coordenadora do Instituto das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud). Mas, segundo a especialista, o que acontece hoje é uma “automatização” do Judiciário. “A grande maioria dos roubos é feita com armas de fogo, o que pode justificar a internação. O critério é dado pelo juiz. Mas muitas vezes essa decisão é automática, como se na lei isso fosse obrigatório. Às vezes, por causa do roubo de um objeto insignificante, interna-se o adolescente”, critica.

Por: Agência de Notícias do Direito da Infância



## Editorial

Vinte anos depois e temos um Brasil diferente. Em muitos pontos, melhor que o de 1988. Em tantos outros, igualzinho – e, infelizmente, também pior que em alguns. O marco deste tempo tem nome: Constituição da República Federativa do Brasil, instrumento que pretendia estabelecer um Estado democrático de direitos e desenhava o esboço de um país de oportunidades iguais para todos os brasileiros. Ao completar duas décadas em outubro próximo, ela poderá comemorar o fato de ter ajudado a consolidar uma democracia, mas também se dará conta de que ainda há um longo caminho a ser feito.

Basta ver o que prevê o seu artigo 3º, que define os objetivos da República Federativa que se instalava então: erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Desnecessário dizer que ainda estamos longe desta realidade, muito por falta de vontade política, sem esquecer dos muitos artigos que nunca se tornaram realidade por falta de regulamentação.

De qualquer forma, a Fundação continua acreditando que é possível fazer deste um país de igualdades, em que a Constituição seja, na verdade, o retrato do país em que vivemos.

### EXPEDIENTE

 FALANDO DE DIREITOS

Esta é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos

Humanos Margarida Maria Alves.  
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro  
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.  
Tele-fax: 3221-3014

www.fundacaomargaridaalves.org.br  
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br

Jornalista responsável:

Aline Oliveira (DRT 1963/PB)

Fotos: arquivo da entidade e banco de imagens na Internet (capa)

Tiragem: 1.000 exemplares

Apoio: Misereor

Impressão: F&A Gráfica e Editora

## A silenciosa violência contra jovens

Artigo de João Batista de Lima

Membro do Conselho Municipal de Segurança Pública e Direitos Humanos

O constante aumento da criminalidade em todos os níveis, e em particular a violenta, é uma realidade presente, de forma especial nas cidades de médio e de grande porte em todos os países do mundo. No Brasil, esse fenômeno tem maior visibilidade nos centros urbanos mais desenvolvidos economicamente, pelo fato de a violência nesses centros ser expressa por números absolutos mais elevados, assim como pela forma como o tema é tratado pela mídia. Desta forma, os habitantes das cidades de menor porte, mesmo vivendo situação de intensa violência, de toda ordem, podem se sentir distantes do clima de permanente insegurança que caracteriza a vida da população das grandes metrópoles. Quando tomamos conhecimento de que em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória e Recife, por exemplo, ocorrem, em cada uma delas, milhares de homicídios por ano, ficamos com a impressão de que em capitais como João Pessoa a violência é bem menor.

Entretanto, quando essa comparação é feita através de índices, que expressam esses números de maneira proporcional a população, passamos a ter uma melhor compreensão do problema. O índice universal empregado nas pesquisas sobre homicídios é o que indica a quantidade desse tipo de ocorrência para cada cem mil habitantes por ano. A média nacional de homicídios no Brasil em 2003, por exemplo, foi de 23,5, ou seja foram assassinadas 23,5 pessoas para cada grupo de cem mil habitantes. No mesmo ano essa média, em relação a região sudeste, tida com a mais violenta, foi de 28,8. Dados fornecidos pela Rede de Informação Tecnológica Latino Americana (Ritla), em parceria com o Instituto Sangari e com os Ministérios da Justiça e da Saúde, informam que, em 2007, as três cidades mais violentas do país foram Recife com índice de homicídios igual a 90,5; Vitória, com 87,0 e Maceió com 80,9. Entretanto, São Paulo e Rio de Janeiro, normalmente consideradas como cidades violentas, tiveram, respectivamente esses índices iguais 44,8 e 31,1. Perceba-se a situação de João Pessoa nesse contexto. De acordo com dados da Secretaria de Saúde do Município, em

“ “ Uma grande quantidade desses crimes fica totalmente impune”

João Pessoa, em 2005 foram registrados 318 homicídios, o que representa um índice aproximado de 49. Ou seja, considerando esses dados, pode-se perceber que em 2005 a violência em João Pessoa já era maior do que a de São Paulo e do Rio de Janeiro em 2007. Curioso também é que esse índice de João Pessoa é superior aos de Natal, Fortaleza e Salvador. Igualmente preocupante é a constatação de que a maior parte das vítimas desses crimes é formada por pessoas entre 14 e 25 anos. Foram 141 jovens assassinados em João Pessoa em 2005, e 131 em 2004. As causas apontadas para esses fatos, considerando o perfil das vítimas e dos acusados, são as mais diversas, com ênfase para as questões sociais relacionadas com o desemprego, a baixa escolaridade, o desajuste familiar, a falta de religiosidade e outras. Ressalte-se, porém, que uma grande quantidade desses crimes fica totalmente impune, criando em seus executores um sentimento de total impunidade.

Os órgãos encarregados da prevenção e da repressão a esse tipo de crime, em que pese o grande esforço desenvolvido por seus dirigentes, não estão devidamente aparelhados para cumprirem seus papéis. É verdade que não se tem como reduzir a gravidade desse quadro sem adoção de políticas sociais de amplos alcances, porém, tais medidas só terão efeitos em longo prazo. Enquanto isso, é indispensável que se dote as Polícias dos meios, sobretudo de investigações, para que se possa conter a cadeia da impunidade, principal fator desse tipo de crime, e assim se salvar a vida de uma grande quantidade de jovens.

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na

Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

# Fundação atendeu 2,9 mil pessoas no ano passado

Quase 2,9 mil beneficiários, sendo 1,5 mil mulheres e mais de 1,3 mil atendidos diretamente pelos Juristas Populares, todos eles solucionando, de alguma forma, uma demanda jurídica. Este foi um dos principais resultados

alcançados pela Fundação Margarida Maria Alves durante o ano de 2007, de acordo com relatório que foi enviado para a análise da Curadoria das Fundações. O trabalho envolveu a assessoria a cinco entidades e a participação em

11 eventos, entre reuniões, seminários e debates para discutir temas relevantes para a defesa dos Direitos Humanos na Paraíba. Ao todo, foram investidos cerca de R\$ 187 mil, através dos projetos em parceria com Cafod e Misereor.

## FUNDAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS MARGARIDA MARIA ALVES

RUA IRINEU JOFILLY, 185, CENTRO

JOÃO PESSOA - PB

CNPJ 70.133.764/0001-30

### BALANÇO PATRIMONIAL

CONTAS	ENTIDADE E PROJETOS			
	FUNDAÇÃO	CORDAID-CAFOD	MISEREOR	GERAL
<b>ATIVO</b>				
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
<b>Disponível</b>	<b>23.832,16</b>	<b>46.379,46</b>	<b>4.352,80</b>	<b>74.564,42</b>
Caixa	-	-	-	-
Bancos Conta Movimento R Livres	1,00	-	-	1,00
Bancos Conta Movimento R Restritos	-	1,00	1,00	2,00
Aplicação Financ Liq Imed R Livres	23.600,16	-	-	23.600,16
Aplicação Financ Liq Imed R Restritos	-	46.378,46	4.351,80	50.730,26
Almoxarifado	231,00	-	-	231,00
<b>Créditos</b>	<b>59,06</b>	<b>1.035,18</b>	<b>-</b>	<b>1.094,24</b>
Aplicações Financ Prazo R Restritos	-	1.035,18	-	1.035,18
Creditos Tributarios	21,88	-	-	21,88
Outros Valores a Receber	37,18	-	-	37,18
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>23.891,22</b>	<b>47.414,64</b>	<b>4.352,80</b>	<b>75.658,66</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>				
<b>Imobilizado</b>	<b>96.158,27</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>96.158,27</b>
Bens Tangíveis e Intangíveis	102.667,72			102.667,72
(-) Depreciação Acumulada	(6.509,45)			(6.509,45)
<b>TOTAL DO ATIVO PERMANENTE</b>	<b>96.158,27</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>96.158,27</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>120.049,49</b>	<b>47.414,64</b>	<b>4.352,80</b>	<b>171.816,93</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>				
<b>Fornecedores e Contas a Pagar</b>	<b>22,02</b>	<b>3.269,91</b>	<b>4.266,96</b>	<b>7.558,89</b>
Contas e Títulos a Pagar	-	3.269,91	4.266,96	7.536,87
Impostos Taxas e Contribuições	22,02	-	-	22,02
<b>Obrigações Trabalhistas e Sociais</b>	<b>1.317,98</b>	<b>1.041,99</b>	<b>-</b>	<b>2.359,97</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.317,98	1.041,99		2.359,97
<b>Recursos Projet Cont Convênios</b>	<b>-</b>	<b>92.333,53</b>	<b>438.950,23</b>	<b>531.283,76</b>
Entidade Internacional		92.333,53	438.950,23	531.283,76
<b>Recursos Projetos Aplicados</b>	<b>-</b>	<b>(64.180,01)</b>	<b>(438.864,39)</b>	<b>(503.044,40)</b>
Recursos Aplic Entid Priv Internacional		(64.180,01)	(438.864,39)	(503.044,40)
<b>Recursos Pend Proj Cont Conv Encerrados</b>	<b>-</b>	<b>14.949,22</b>	<b>-</b>	<b>14.949,22</b>
Recursos Entidade Internacional		14.949,22		14.949,22
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.340,00</b>	<b>47.414,64</b>	<b>4.352,80</b>	<b>53.107,44</b>
<b>PATRIMONIO</b>				
<b>Patrimônio social</b>	<b>118.709,49</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>118.709,49</b>
Fundos de Instituição e Social	12.981,75			12.981,75
Superavit ou Deficit Acumulado	109.481,54			109.481,54
Superavit ou Deficit do Exercício	(3.753,80)			(3.753,80)
<b>TOTAL DO PATRIMONIO</b>	<b>118.709,49</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>118.709,49</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>120.049,49</b>	<b>47.414,64</b>	<b>4.352,80</b>	<b>171.816,93</b>

João Pessoa, 31 de dezembro de 2007.

Maria do Socorro Targino Praxedes  
 Presidente  
 CPF 21989982468

Paulo Rodrigues da Silva  
 Contador CRC-PB 004429/O-7  
 CPF 38022478415

# Regularização fundiária em Bayeux beneficia 620 famílias e renova esperança de comunidade

Depois de 12 anos morando no mesmo endereço, os moradores da comunidade Nova Trindade, no bairro de Marcos Moura, em Bayeux, finalmente podem se dizer donos da casa onde moram. Os lotes foram regularizados este ano e todas as 620 famílias receberam os documentos de suas casas entre os dias 23 e 25 de abril passado. Agora, além da posse que tiveram ao longo de mais de uma década, eles também têm a propriedade do imóvel e a segurança de que não serão mais despejados. O momento é de festa e de certeza de que agora a comunidade vai poder começar a lutar por outros direitos, como infra-estrutura mais adequada para a região.

De acordo com a Jurista Popular Marilene Dantas de Melo, que é uma das fundadoras da comunidade, a regularização só se tornou concreta depois da mobilização conjunta de oito instituições que atuam na comunidade, entre elas a Igreja, a Associação Comunitária e várias entidades de defesa dos Direitos Humanos. Antes disso, todas elas já haviam se articulado várias vezes para tentar resolver a questão, mas só quando a comunidade resolveu reunir todas em uma única ação, o sonho se tornou realidade. “Enquanto a gente trabalhou



**Dúvida** - Comunidade agora não sabe como vai pagar pelas escrituras das casas

separado, não funcionou”, lembra.

Além das oito instituições, o último documento enviado ao Governo do Estado solicitando a solução do problema também foi assinado por representantes de todas as famílias beneficiadas. Antes disso, as entidades pesquisaram quais eram as prioridades da comunidade e a eleita foi a documentação das casas. “Há dois anos enviamos este ofício solicitando que a área fosse regularizada e, apesar de toda a burocracia que enfrentamos ao longo deste tempo, tivemos sucesso”, comemora Marilene.

Os terrenos da região onde a Nova Trindade foi erguida pertenciam ao município de Bayeux, mas foram doados ao Governo do Estado como forma de pagamento de dívidas, um acordo feito para que o poder estadual tivesse espaço para abrigar integrantes do Movimento dos Sem Teto. “A prefeitura cedeu o terreno, o Estado bancou o material e nós, futuros moradores, trabalhamos em regime de mutirão”, lembra a Jurista. Apesar disso, a fase final, que seria colocar os imóveis construídos no nome dos proprietários, nunca foi completada.

Lembrando do tempo em que chegaram no local, os

moradores se emocionam. Uma delas é Hilda Maria da Conceição, que enche os olhos de lágrimas quando diz que ajudou a “limpar o terreno”. “Muita gente já morreu sem ter esta alegria, mas eu estou aqui para ver este momento”, comemora.

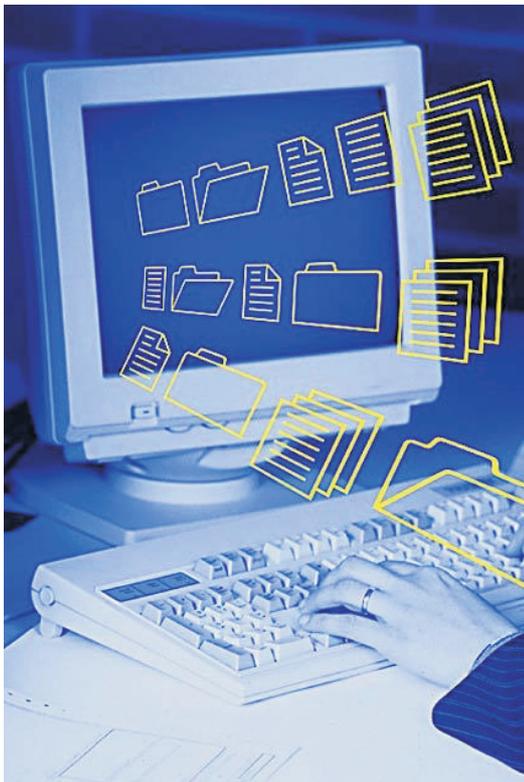
## Motivação

Além da conquista da propriedade de seus imóveis, para a comunidade, a regularização fundiária trouxe outro ganho paralelo. “As pessoas renovaram a esperança de que vale a pena lutar pelos seus direitos, perceberam que uma boa articulação de forças consegue transpor até a falta de vontade política”, observa Marilene.

Agora, o objetivo dos moradores é conseguir o apoio da prefeitura para poder escriturar as casas, já que o custo gira em torno de R\$ 150, o que é muito para a maioria deles. “Queremos pelo menos abatimento no imposto cobrado pela prefeitura”, sugere o presidente da comissão que articulou a regularização, Cícero Freire dos Santos. Além disso, eles querem melhorias na infra-estrutura, como o esgotamento sanitário das ruas. Atualmente, os moradores têm que conviver com a água das casas correndo a céu aberto, um risco para a saúde.



**Estrutura** - Esgoto corre a céu aberto



# Juizados especiais aderem ao E-Jus na PB

Redução de tempo processual e de utilização de papel, além de uma maior transparência ao longo do processo e acesso rápido de qualquer lugar do mundo. É com estas promessas que desde março deste ano o Tribunal de Justiça da Paraíba tornou-se um dos primeiros do Brasil a adotar o Processo Eletrônico, apelidado de E-Jus, nos Juizados Especiais. A novidade, no entanto, tem sido alvo de muitas dúvidas principalmente por parte da população que pode acessar o Juizado, que permite o acesso de pessoas sem advogado.

O sistema vem atender a recomendação do Conselho Nacional de Justiça de que todo o Poder Judiciário brasileiro troque os processos em papel pelos eletrônicos até o final do ano que vem. A experiência paraibana está sendo considerada a mais bem sucedida até agora, ganhando inclusive prêmios e levando seus coordenadores para darem treinamentos em outros Estados. “É um caminho sem volta e uma mudança importante a que as pessoas vão ter que se adequar”, considera a juíza leiga do 4º Juizado Especial Cível, Anna Izabella Chaves.

Um dos principais pontos positivos do E-Jus é que, com ele, os prazos começam a contar a partir das audiências e não mais da data em que o juiz recebe o processo de volta do cartório devidamente carimbado e protocolado, um trabalho que poderia durar dias. Com a utilização de assinaturas digitais e de equipamentos simples de informática, o processo ganha tempo no encaminhamento e ainda ganha outra vantagem: qualquer uma das partes envolvidas pode ter acesso aos autos. Em outras palavras, “não tem mais aquela história de ter que procurar os documentos ou deles estarem indisponíveis porque uma das partes está com eles. De qualquer

computador com internet e usando sua senha, o interessado pode acompanhar até todo dia se quiser”.

Mesmo envolvido com tantas promessas de avanço, um detalhe simples está tornando o funcionamento do E-Jus bastante complicado. Acontece que a parcela da população com acesso à internet ainda é muito pequena e, para muitos cidadãos, a tecnologia ainda provoca medo. É o caso da maioria dos usuários dos Juizados Especiais, por onde a experiência começou, que recebe ações de até 20 salários mínimos dispensando a necessidade de ter um advogado que represente o interessado. “As pessoas ainda têm dificuldade de entender como é que não tem mais o papel, como é que vê tudo no computador. É muito natural que elas se sintam inseguras”, avalia Izabella.

Para os servidores e também para os advogados, o TJ promoveu treinamentos sobre o E-Jus, mas o conselho da juíza é que a própria população busque se informar e não tenha medo de perguntar, além de orientar aqueles que estão menos esclarecidos. De olho na novidade, o urso de Juristas Populares vai incluir um rápido treinamento sobre o tema no módulo de Organização do Poder Judiciário. E no Fórum Cível, há uma sala onde se pode digitalizar os documentos e receber as primeiras informações, junto com o número do processo, um nome de usuário e uma senha. São estes dados que vão permitir que o cidadão possa acompanhar seu processo na internet.

Um detalhe importante é que ninguém pode acessar uma ação sem que seja uma das partes envolvidas, o que garante uma maior privacidade aos documentos. Além disso, a quantidade de papel usado vai, gradativamente sendo reduzida, o que vai fazer com que, só no 4º Juizado, mais de 1,5 mil pilhas de papel (equivalente ao número de processos) sejam transformadas em informação eletrônica.

## Como funciona?

1) Qualquer pessoa que tenha uma questão que queira levar para a Justiça, mas que não passe de um valor de 20 salários mínimos, pode se digitar até o Juizado Especial sem precisar de advogado e buscar o balcão de atendimento.

2) Lá, um servidor vai escrever a Tomada de Termo, que substitui a Petição Inicial que é feita pelo advogado.

3) A mesma pessoa vai digitalizar todos os documentos levados pelo autor da ação e que sejam necessários no processo.

5) O servidor vai fornecer o número do processo, um nome de usuário e uma senha que o autor deve guardar com cuidado. São esses dados que vão permitir o acesso ao processo através da internet.

6) Para consultar o andamento do processo, o autor (ou qualquer uma das partes) deve entrar no site do Tribunal de Justiça, através do endereço [www.tjpb.jus.br](http://www.tjpb.jus.br) e clicar no link do E-Jus, que fica do lado esquerdo da tela.

7) É preciso informar o nome do usuário e a senha para entrar no sistema, que vai dar acesso para saber todos os detalhes do processo, inclusive a identificação dos servidores responsáveis por cada passo da ação.

# Via Sacra do Meio Ambiente mobiliza escolas de Tibiri



**Participação** - Comunidade se envolveu no trabalho feito em Bayeux (1), na Via Sacra (2 e 3) e nas oficinas em Santa Rita (4)

**Rede de Juristas Populares**

Reunindo cerca de 400 alunos de cinco escolas do bairro de Tibiri, os Juristas Populares de Santa Rita realizaram a segunda versão da Via Sacra do Meio Ambiente na cidade, promovida no dia 6 de junho em parceria com as escolas e repetindo o sucesso de 2007. A atividade fez parte de um projeto mais amplo de educação ambiental na cidade, que está focando este ano nas escolas e no trabalho com os alunos da rede pública e também da privada. E a programação vai ter continuidade no segundo semestre, quando serão retomadas as oficinas de educação ambiental realizadas dentro das próprias escolas, envolvendo as turmas de forma

lúdica no cuidado com o espaço onde estudam.

A concentração da Via Sacra começou na Praça do Chafariz, de onde os alunos partiram em caminhada e fazendo paradas em frente às escolas. Muitos alunos prepararam cartazes alertando sobre a necessidade de preservar as espécies e reduzir a quantidade de lixo produzido. A atividade seguiu pelas ruas até chegar na feira, um dos pontos mais problemáticos de acúmulo de lixo no bairro.

O evento também foi motivado pelo sucesso das oficinas realizadas nas escolas, utilizando palhaços e fantoches para ensinar a importância da defesa do meio ambiente. A idéia é mudar a relação entre os estudantes e o espaço da escola. Ambos os

personagens ajudam as crianças a refletirem sobre como elas estão cuidando da escola, como tratam o lixo e a água e o que sabem a respeito da coleta seletiva.

Ao final da atividade, para aprofundar o trabalho, os Juristas deixam com os professores alguns panfletos com os mandamentos do meio ambiente, que são trabalhados em sala na semana seguinte. "Para acompanhar os resultados do trabalho, uma professora vai participar das reuniões do núcleo em Santa Rita para nos repassar se os alunos estão mudando sua atitude em relação ao ambiente em que convivem", explica Cândida Moreira, que acompanha a Rede.

**Bayeux** - Mas não é só em Santa Rita que os Juristas estão trabalhando a questão do meio ambiente. Em Bayeux, o trabalho na feira continua de vento em popa e segue pelo segundo semestre. Além disso, no dia 18 de maio eles também abordaram os moradores da região do cemitério do bairro de São Severino para encontrarem uma solução para o problema do lixo que se acumula em suas calçadas. Os Juristas promoveram um ato público no local e, a exemplo do que já acontece na feira, distribuíram panfletos e mobilizaram a população. No mesmo quarteirão do cemitério funciona uma escola, que está sendo convidada a assumir junto com o Núcleo o compromisso de reduzir o volume de lixo acumulado no local.

## Acontece

### Julho

5 e 6 - Módulo de Direito Constitucional  
 20 - Encontro Municipal de Juristas Populares de Bayeux  
 26 e 27 - Módulo de Organização do Judiciário

### Agosto

16 e 17 - Módulo de Direito Civil I  
 18 - Audiência sobre Plano Diretor  
 30 e 31 - Módulo de Direito Civil II  
 Encontro Municipal de Santa Rita

### Setembro

13 - Oficina do Consumidor  
 13 e 14 - Encontro Estadual da Rede de Juristas Populares

**F&A**  
 Gráfica & Editora  
*A certeza de uma boa impressão*  
 Fone: (83) 3222.7943

